

Evento reuniu executivos de bancos, mercado de capitais, seguradoras e governo e também debateu maneiras de ampliar o financiamento da transição no Brasil

Transformar projetos climáticos em investimentos entrou definitivamente na agenda do sistema financeiro brasileiro. Reunidos no II Fórum de Finanças Sustentáveis, nesta quarta-feira (5), no Cubo Itaú, representantes de bancos, mercado de capitais, seguradoras e governo defenderam que a próxima etapa da transição climática depende menos da formulação de novas diretrizes e mais da capacidade de colocar instrumentos já existentes em prática, ampliar o financiamento e reduzir riscos.

Realizado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e Federação Brasileira de Bancos (Febraban), o encontro integrou a programação da Semana do Clima de São Paulo e reuniu executivos do sistema financeiro, órgãos reguladores e governo federal para discutir caminhos para acelerar a implementação da agenda climática.

Um dos principais pontos da abertura foi o papel do seguro na estruturação da transição climática. Para Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da CNseg, a aproximação entre bancos, mercado de capitais e seguradoras permitiu incorporar o setor de seguros de forma mais consistente às discussões sobre financiamento sustentável. “O setor de seguros está acostumado a trabalhar com gestão de riscos. Então, por que não trazer essa parceria e olhar o setor como um parceiro e um pilar importante para a transição climática?”, questionou.

Na avaliação da diretora, adaptação e mitigação precisam avançar simultaneamente. Nesse processo, o seguro pode contribuir justamente por sua capacidade de identificar, avaliar e administrar riscos antes que eles se materializem. “A gente vem trabalhando em soluções para que o setor financeiro contribua com a transição climática em um momento em que a bicicleta está andando e temos que trocar a roda, porque adaptação e mitigação precisam caminhar juntas”, destacou.

O presidente da Febraban, Isaac Sidney, avaliou que a discussão sobre sustentabilidade entrou em uma nova etapa. Segundo ele, o desafio deixou de ser construir princípios e passou a ser implementar políticas, instrumentos financeiros e mecanismos de gestão de riscos. “O desafio hoje não é mais de consciência, não é mais de engajamento. Temos agora o desafio de avançar de forma significativa na implementação de políticas já construídas, no aprimoramento da regulação que também já está posta e, sobretudo, em medidas concretas voltadas para a gestão de riscos climáticos”, reiterou.

Para Isaac, a sustentabilidade passou a integrar a estratégia das instituições financeiras e exige coordenação entre bancos, mercado de capitais, seguradoras, investidores, reguladores e poder público para ampliar a capacidade de financiamento da transição.

A defesa dessa atuação conjunta também marcou a participação de Cacá Takahashi, diretor da ANBIMA e coordenador da Rede ANBIMA de Sustentabilidade. Segundo ele, nenhum segmento conseguirá responder sozinho à velocidade imposta pelas mudanças climáticas. “Cada um dos atores sozinho não é capaz de chegar a lugar nenhum. O mercado bancário, o mercado de capitais e o mercado segurador, juntos, vão conseguir realizar muito mais do que conseguiriam isoladamente”, disse.

Cacá destacou que o mercado de capitais exerce papel central ao conectar investidores à economia real e direcionar recursos para infraestrutura, saneamento, transição energética, Soluções Baseadas na Natureza e adaptação climática. Para ele, o Brasil construiu um ambiente regulatório consistente e agora precisa transformar esse avanço em resultados concretos.

Um dos destaques da programação, a CEO da COP30, Ana Toni, afirmou que o principal avanço dos últimos anos foi reposicionar a agenda climática como estratégia de desenvolvimento do País. Segundo ela, o Brasil reúne hoje políticas públicas, regulamentação, instrumentos econômicos e uma sociedade mobilizada em torno da transição climática. O desafio agora é garantir continuidade às iniciativas, ampliar sua escala e fortalecer a cooperação entre governo e iniciativa privada.

Para Ana, o País precisa superar a lógica dos projetos-piloto e criar condições para que experiências bem-sucedidas sejam replicadas em escala. “Precisamos sair dos maravilhosos casos de excelência, sair do piloto para ir ao pipeline. Temos muitos pilotos maravilhosos, mas precisamos pensar no piloto para ele já virar escala”, contou.

A CEO da COP30 também defendeu maior alinhamento entre governo e iniciativa privada para acelerar a implementação. “Temos que fazer políticas públicas entendendo as dificuldades do setor privado, e o setor privado tem que implementar entendendo também as dificuldades do setor público”, destacou.

Durante a palestra, a CEO da COP30 detalhou os desafios para transformar políticas públicas e projetos-piloto em iniciativas de escala, ampliar a participação do setor privado e acelerar a implementação da agenda climática.

[Clique aqui e confira a íntegra da participação de Ana Toni no evento](#)

Jornada de de-risking

A discussão sobre implementação ganhou um desdobramento prático com o lançamento da Jornada de De-Risking, iniciativa apresentada por Fernando Salazar, Climate Finance Lead for Latin America & Caribbean da UNEP FI, e Takahashi. A proposta busca enfrentar um dos principais desafios apontados ao longo do Fórum: reduzir os riscos que ainda dificultam a transformação de projetos climáticos em investimentos financiáveis.

A proposta dialoga com a discussão apresentada pela CNseg durante a Semana do Clima de São Paulo, quando Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da entidade, defendeu que a gestão de riscos seja incorporada ainda na estruturação dos projetos, antes da contratação do financiamento, permitindo identificar, mitigar e transferir riscos desde a elaboração da matriz de riscos.

O papel do seguro na agenda de finanças sustentáveis também foi abordado pela diretora técnica da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Julia Normande Lins. Para ela, as finanças sustentáveis devem ser compreendidas como instrumento de desenvolvimento econômico e social, e o setor segurador precisa assumir um papel mais protagonista nesse processo.

“Quando falamos de finanças sustentáveis, é muito importante olhar para o caráter da finança funcional, para como a finança consegue ser um instrumento para o desenvolvimento econômico e social”, contou.

Segundo Julia, seguradoras e resseguradoras exercem uma função que vai além do pagamento de indenizações. A partir da subscrição dos riscos, o setor reúne informações, qualifica investimentos e influencia decisões que podem tornar projetos mais resilientes.

“As pessoas e o próprio setor de seguros precisam enxergar o seguro como protagonista desse tema. Não é só um papel de pagar a conta. Existe o fator da subscrição do risco. Ninguém mais adequado do que uma seguradora ou uma resseguradora para olhar aquele risco, reunir dados de mercado e fazer com que ele seja bem precificado”, disse.

Ao longo do Fórum, bancos, mercado de capitais, seguradoras, reguladores e governo convergiram em um diagnóstico comum: o Brasil avançou na construção do arcabouço regulatório da agenda climática. O desafio agora é transformar esse ambiente em projetos capazes de ganhar escala, mobilizar investimentos e fortalecer a adaptação da economia aos riscos climáticos.

Fonte: [CNseg](#), em 05.08.2026.